



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER CJR**

**Projeto de Lei nº 065/2025 – EXECUTIVO**

**Autor: Poder Executivo Municipal**

**Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 065/2025 – EXECUTIVO objetiva autorizar a realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação temporária de 01 (um) pedreiro, além da formação de cadastro de reserva, para atendimento de necessidade emergencial e de interesse público na Administração Direta do Poder Executivo Municipal.

A proposta fundamenta-se na excepcionalidade da situação, tendo em vista a carência de servidores efetivos e a continuidade de obras públicas em andamento.

**II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA**

***Competência e Iniciativa***

Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, o que abrange a organização de sua administração. A iniciativa da proposição é legítima, por tratar-se de matéria administrativa vinculada ao Chefe do Poder Executivo.

***Constitucionalidade e Legalidade***

A contratação temporária de pessoal para atender a necessidade de excepcional interesse público é admitida pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, desde que prevista em lei específica e respeitados os princípios constitucionais. A proposição se apoia na Lei Municipal nº



1.658/2012, que disciplina tais contratações no âmbito local, não apresentando vícios de legalidade.

### ***Juridicidade***

A proposta respeita os princípios da Administração Pública previstos no art. 37, caput, da CF, como legalidade, impessoalidade e eficiência. O PSS previsto fundamenta-se em critérios objetivos de avaliação de títulos e experiência profissional, o que reforça a juridicidade do texto.

### ***Técnica Legislativa***

A estrutura normativa do projeto segue, em linhas gerais, os preceitos da Lei Complementar Federal nº 95/1998, apresentando ementa, parte dispositiva e cláusula de vigência. Sugere-se apenas a seguinte adequação redacional à ementa, conforme art. 5º da referida norma: *"Dispõe sobre a contratação temporária de pedreiro mediante Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências."*

### **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 065/2025 – EXECUTIVO, estando apto a seguir sua tramitação, com a sugestão de ajuste redacional da ementa.

São João do Ivaí, 21 de agosto de 2025.


**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
Relator da Comissão de Justiça e Redação



### **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, reunida para analisar o Projeto de Lei nº 065/2025 – Executivo, acompanhando o voto do relator, manifesta-se favoravelmente à sua aprovação, por considerá-lo compatível com os preceitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, com recomendação de ajuste redacional na ementa.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

  
**Astalair Tiba Monteiro**  
*Membro*